



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2006

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO
DE 2006: -----**

----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, João Maria Nogueira, Dr.ª Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof.ª Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata.-----

----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos srs. Deputados Luis Filipe da Cruz Barreto e Manuel Ferreira Inocêncio.-----

----**HORA DE ABERTURA:** Eram dezasseis horas quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

----- Ao ser dado início aos trabalhos, o sr. Secretário da Mesa, Engº. Coquim, deu conhecimento que havia necessidade de alteração da ordem de trabalhos da sessão, porquanto, a pedido do sr. Presidente da Câmara, iria ser proposta a retirada do ponto nº. dois, designadamente *“Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas do futuro Plano de Pormenor dos Prazos Velhos, em conformidade com o disposto no artº. 112º. do D.L. nº. 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção e a alteração do projecto do referido plano, adoptando-se a modalidade prevista na alínea d) do nº. 2, do artº. 91º. do D.L. nº. 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção”* . O sr. Presidente da Câmara explicou que tinham havido reuniões na CCDR-C, onde tinham sido dadas instruções para se proceder em conformidade com a proposta aprovada pelo executivo e que agora se propunha também à aprovação da Assembleia Municipal; que, todavia, precisamente no dia anterior, tinham sido recebidas instruções daquele organismo no sentido de que apenas seriam aceites as medidas preventivas, sem se proceder à alteração do tipo de plano, pelo que se propunha a retirada do ponto, até que a proposta seja reformulada, submetida de novo ao executivo e, posteriormente à Assembleia Municipal, daí que fosse necessário retirar o assunto da ordem de trabalhos, o que foi unanimemente aceite.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente, foi posta à aprovação a acta da sessão anterior, realizada em 28 de Junho de 2006, tendo o sr. deputado Dr. Luis Miguel Mingatos apresentado correcções à mesma, designadamente no tocante à intervenção do sr. deputado Dr. Luis Filipe Barreto, o qual abordou a realização de uma reunião no Governo Civil de Coimbra, a propósito do eventual encerramento das extensões de saúde, em que tinha estado presente o sr. Presidente da ARS-C, Doutor Regateiro, referindo-se no texto da acta que o sr. Presidente da Câmara tinha dito que não tinha conhecimento oficial da questão, omitindo-se no mesmo texto que o sr. Doutor Fernando Regateiro tinha confirmado a presença do sr. Presidente da Câmara na mencionada reunião, pelo que esse elemento deveria ser acrescentado na acta. -----

----- Também o deputado Dr. Raul Almeida, apresentou uma correcção, porquanto, a propósito do processo “Miraférias”, o sr. Presidente da Câmara tinha referido que o assunto tinha sido mal conduzido, de forma negligente, pelo anterior Executivo, não constando essa referência no texto da acta. -----

----- Igualmente a sr. deputada Profª. Maria Elzita Seixas referiu que não estava exarado na acta a declaração de voto apresentada por si própria e pelo deputado Engº. Carlos Monteiro, relativa ao requerimento apresentado à Mesa pelo PSD. -----

----- Por último, o sr. deputado Carlos Milheirão fez uma correcção ao conteúdo da página dezanove, concretamente à votação do requerimento apresentado pelo PSD, no sentido de que passasse a constar que tinha optado pela abstenção, assim como o deputado sr. Paulo Reigota fez também uma correcção no sentido de passar a constar que tinha votado a favor. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Tendo em conta as correcções propostas, o sr. Presidente da Mesa sugeriu que a acta não fosse aprovada naquela sessão, do mesmo passo que deu instruções aos serviços para que fosse de novo feita a audição da gravação e, caso se confirmassem as imprecisões referidas, as correcções deveriam ser feitas e a acta seria aprovada em próxima sessão. -----

----- A seguir, o sr. Presidente da Mesa deu conhecimento de correspondência remetida pelo sr. Presidente da Câmara, solicitando a indicação de um autarca da freguesia para constituição do Conselho Cinegético Municipal, tendo sido proposto pelo sr. deputado Dr. Juan António e unanimemente indicado, o deputado sr. João Maria Nogueira. -----

----- O sr. Presidente da Mesa deu ainda conhecimento de outra correspondência, designadamente da ANMP, relativa à nova proposta da Lei das Finanças Locais e convocatória para o XVI Congresso da Associação e também sobre a Conferência Europeia “Oito caminhos para mudar o mundo”. Deu também conhecimento e registou o acto de cidadania demonstrado pelo sr. João Nogueira mediante uma comunicação à Mesa de que iria chegar atrasado à sessão, por ter que se deslocar ao Tribunal, para além da justificação de falta apresentada pelo deputado sr. Filipe Barreto. -----

----- O sr. Secretário da Mesa, Engº. Calisto Coquim lembrou as comemorações do 50º. Aniversário da Igreja do Seixo, realizadas no último fim-de-semana, as quais tinham culminado com diversos eventos, para além de diversas obras de beneficiação na igreja, ao mesmo tempo que agradeceu a comparência da Exª. Câmara Municipal, o que tinha valorizado a própria cerimónia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda conhecimento do lançamento do livro “É sempre tempo para nascer”, da autoria do sr. João Maria Nogueira, editado pelo CEMAR, com o apoio da Câmara Municipal de Mira, no dia 6 de Outubro próximo, no Centro Cultural da Praia de Mira, no âmbito das Jornadas Culturais da Gândara. Seguiu-se uma salva de palmas ao autor do livro, que agradeceu reconhecidamente. Foi também dado conhecimento do lançamento do livro do Dr. Mário Cupido, no dia 5 de Outubro, na Casa da Música, no mesmo âmbito do anterior. O sr. Presidente da Mesa enalteceu as publicações e disse que, com aquelas produções literárias, Mira continuava de parabéns. A finalizar, deu ainda conhecimento do convite a toda a Assembleia para participar nas Jornadas Culturais da Gândara, lamentando não poder estar nas datas aprazadas, apelando, no entanto, à participação de todos. -----

----- O deputado sr. Juan António propôs um voto de pesar pelo recente falecimento do pai da deputada Dr^a. Ana Maria Baião. A sr^a. deputada agradeceu a solidariedade manifestada, quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia, assim como os votos de pesar que lhe foram endereçados. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- Iniciou-se este período da reunião com a intervenção do Sr. deputado Dr. Raul Almeida, pronunciando-se acerca da entrada em vigor da nova Lei das Autarquias Locais e congratulando a Câmara Municipal por não constar na lista das Câmaras que não podem aumentar o seu endividamento, sendo o ano de referência o ano de 2005. ----

----- Ainda usando da palavra o Sr. deputado Dr. Raul Almeida, pediu informações sobre a Assembleia-geral extraordinária a realizar no dia 4 de Outubro, pretendendo saber



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

qual iria ser a posição que a Câmara Municipal iria tomar, perguntando ainda sobre a existência de algum estudo sobre a economia e as contas da Câmara e o que é que a Câmara estava a fazer para combater eventuais reflexos que se iriam sentir. -----

----Outra questão que colocou foi sobre a suspensão de algumas obras por parte do Ministério das Obras Públicas até ao final do ano de 2006, perguntando se existia alguma obra em Mira afectada por esse despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, nomeadamente a ponte do Cabeço, se também era atingida por essa alteração.

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, pronunciando-se acerca do balanço da época balnear, falando também das rotundas de entrada do concelho, aconselhando a Câmara Municipal, no sentido de embelezar as rotundas, quer a norte, quer a sul. -----

----Falou ainda sobre a recolha do lixo na Praia de Mira, pois esta processa-se entre as 8 e as 9 da noite, altura em que as pessoas estariam em pleno gozo depois de um dia de férias, referiu ainda o facto dos caixotes do lixo não serem desinfectados e lavados há algum tempo, dando um cheiro nauseabundo em alguns casos, sendo até de equacionar a colocação de mais alguns. Referiu que as estradas que circundam os empreendimentos do Miravillas e Miroásis, precisavam de facto de ser valorizadas porque as estradas da Praia de Mira eram as piores do Concelho. Mencionou ainda o facto de a Praia de Mira ser a única terra do Concelho a não possuir um único Parque Infantil, lamentando assim este facto, pois a Praia Mira era a “sala de visitas” do Concelho, pronunciou-se ainda acerca da vandalização pelos carros no circuito pedonal, referindo que os fiscais da Câmara e GNR deveriam fiscalizar esta situação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Para finalizar a sua intervenção falou ainda acerca da verba de 600.000€ para o Parque de Campismo. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Narciso Patrão, pronunciando-se acerca das Festas de S. Tomé verificando uma melhoria na forma em como decorreram as mesmas.

----Congratulou ainda a Câmara Municipal pela iniciativa de “lavar a cara” ao edifício da Câmara. -----

----Ainda usando da palavra o Sr. deputado Narciso Patrão, interveio chamando a atenção para a lagoa que faz no Rua Raul Brandão, quando chove. Para finalizar a sua intervenção referiu que a passadeira que se encontra junto aos Correios está mal localizada, pois os carros que pretendem entrar na EN 109, não tem possibilidade para ver a estrada à distância, por não poderem parar em cima da passadeira, dizendo até que esta estaria a causar prejuízo e aconselhando para que a mesma fosse feita mais a poente. -----

----Interveio, o Sr. Presidente da Câmara e em resposta ao Sr. deputado Raul Almeida disse que a posição da Câmara seria sempre contra uma Lei que interferia naturalmente contra as Autarquias e que seria junto da Associação Nacional de Municípios que o Executivo faria “*levantar a sua voz*”. Quanto à questão da suspensão de algumas obras por parte do Ministério das Obras Públicas até ao final do ano de 2006, referiu que não tinha nenhum conhecimento oficial de interrupção de algum processo de obras neste Município.-----

----Relativamente à intervenção do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, referiu que quanto às rotundas, o Executivo tinha algumas dificuldades em manter as que se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

encontram em estradas municipais e muitas mais dificuldades teriam nas que se encontram em estradas nacionais, dizendo que tinham sido feitas várias diligências junto dos serviços das estradas, lamentado ainda o facto de as coisas não terem acontecido na prática, mas seria certamente uma das preocupações do Executivo as entradas do Concelho. Quanto à recolha do lixo teriam que ter alguma prevenção com isso, tendo chegado o conhecimento ao Executivo de que a maior parte dos contentores não são limpos há cerca de 5 anos. Mencionou ainda que tinha estado na Praia de Mira, num encontro com o Dr. Alberto Santos, da ERSUC, no início da época balnear, tendo ficado combinado que imediatamente se iriam tomar as providências, no sentido de ultrapassar isso, pelos vistos isso não aconteceu, queixando-se o Dr. Alberto Santos de algumas dificuldades, mas que iria ver a situação, o que de facto não aconteceu. -----

----Ainda em resposta ao Sr. deputado Dr. Juan António disse que relativamente às estradas da Praia de Mira, a Câmara estava a fazer um grande esforço para a melhoria destas, sublinhando o facto de que, de um modo geral, o Concelho não tinha estradas más, e que a pior estrada do Concelho seria mesmo a EN 109. Relativamente ao Parque Infantil, não estava esquecido, mas não era assim tão fácil e até era preciso um projecto especial. Quanto ao circuito pedonal, era de facto uma preocupação pela sua conservação, referindo ainda que se tinha feito tudo o que era possível e sabia que as madeiras precisavam de ser substituídas, existindo já no armazém os contraplacados. Relativamente aos parques desportivos referiu que o Sr. Vereador do Pelouro estava envolvido numa candidatura que tinha sido feita à UEFA e à FPF relativamente à construção dos parques desportivos, estando o Executivo a tentar avançar com o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

processo. Acerca dos carros na pista pedonal, tem-se tentado fazer tudo junto das autoridades para que estas questões fossem resolvidas. Quanto à requalificação do Parque de Campismo, congratulou-se pela adesão do Estado nesta questão, dizendo que a verba era pouca, mas mais valia “*pouco que nenhum*”, sendo este projecto, um projecto que atingia cerca de 2 000 000 00€, e que iria tentar junto da CCDRC mais algum apoio, pois era um projecto muito interessante a nível turístico e ambiental. -----

----Relativamente à intervenção do Sr. deputado Narciso Patrão, referiu que já tinha recebido várias queixas acerca de passeadeiras e que iriam actuar, mas com planos e de uma forma organizada. Quanto às festas de S. Tomé referiu que de uma forma geral as festas tinham melhorado substancialmente, que Mira não tinha visto denegrida a sua imagem, muito pelo contrário e que as festas tinham dignificado o Concelho, louvando a Comissão de festas. Relativamente ao edifício da Câmara mencionou que tinha que se ir devagar, para de facto melhorar a imagem da Câmara. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida para se reportar à nova Lei das Autarquias Locais e da posição da Câmara, pedindo esclarecimentos, porque razão o Sr. Presidente da Câmara votava contra e que influência negativa teria na Economia da Câmara. -----

----Interveio então o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, referindo que o Sr. deputado Dr. Raul Almeida não teria direito de resposta e que o Sr. Presidente da Câmara respondia da maneira que entendesse, pois já o tinha feito uma vez. -----

----O Sr. Presidente da Câmara interveio, referindo que poderia responder de uma forma ligeira no sentido de não dar todas as informações necessárias ao Sr. deputado e que iria



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

preparar um dossier para a próxima reunião sobre essa matéria, dando assim conhecimento ao Executivo e que depois teria muito gosto em informar o Sr. deputado Raul Almeida, através do Sr. Presidente da Assembleia, sobre a posição da Câmara nesse assunto. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para perguntar ao Sr. deputado Dr. Raul Almeida se estava esclarecido e se aceitava a explicação. -----

----O Sr. deputado Dr. Raul Almeida respondeu que era uma questão de pormenor, pois não era só ele que estava a ser esclarecido, mas sim todo o Concelho. -----

Usou da palavra o Sr. deputado Pedro Nunes para se reportar ao do ponto da situação da habitação social, se existia alguma evolução ou não. Outro ponto que referiu foi o facto dos passeios que se encontram a norte do Concelho (Areão), estarem obstruídos com ervas, pois a pessoas por vezes até têm que sair do passeio para ir caminhar para estrada, aconselhando assim a que fosse feita alguma limpeza. Mencionou que seria importante contactar as autoridades competentes relativamente ao canal de Mira, pois aproximava-se o Inverno e o norte do canal estava completamente obstruído na zona da ponte e qualquer cheia se iria reflectir, principalmente na Praia de Mira sendo de facto necessária uma limpeza. Para finalizar a sua intervenção referiu que tinha ficado chateado ao ver que os únicos pinheiros verdes que tinham sobrado tinham sido abatidos. -----

----Seguiu-se a intervenção o Sr. deputado Luís Filipe Cainé, questionando para quando a conclusão de Variante Norte e se existia mais alguma informação relativamente às águas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. deputado Gabriel Pinho para se reportar aos atrasos dos Correios na entrega da correspondência, questionando se a Câmara podia fazer alguma coisa sobre este assunto. -----

----Mencionou ainda o facto de junto aos viveiros, no circuito pedonal, não existir postes de luz, querendo assim saber se aquilo seria para arranjar. Outra pergunta que colocou foi no sentido de saber para quando a entrega dos lotes no Pólo II, na Zona Industrial. -----

----Continuando a sua intervenção, lembrou o sr. Presidente da Câmara que, ainda no anterior mandato, tinha feito a entrega dos lotes da Zona Industrial, mas a verdade é que se tinha passado todo o período do mandato do sr. Dr. Mário Maduro e nada se tinha adiantado; que o sr. Presidente, Dr. João Reigota, em campanha eleitoral, tinha prometido que, caso ganhasse as eleições, em três semanas resolveria o problema, mas a verdade é que também já tinha passado um ano de mandato e tudo estava na mesma; que, também ali naquela mesma assembleia tinha sido apreciado um outro pedido para uma nova zona industrial nos Leitões, pouco tempo após a entrega dos lotes do Pólo II e sobre isso pretendia ser informado em que ponto estava a questão, até porque tinham ali estado presentes os futuros investidores, tendo até afirmado perante todos, que aquela iria ser a sala de visitas do concelho; que, novamente, ali estava mais um ponto da ordem de trabalhos sobre uma outra zona industrial no Montalvo, pelo que lhe parecia que se andava a brincar às zonas industriais no concelho, com tanta que já estava começada ou para começar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Usou da palavra o Sr. deputado António Alberto para questionar o ponto de situação do contrato de compra e venda feito entre a Cooperativa Agrícola Mirense e a Câmara Municipal. Falou ainda sobre a Incubadora de Empresas, questionando se o edifício estava construído em terreno legal ou ilegal. Para terminar referiu que a Vala Real estava infestada com jacintos e se existia protocolo com alguma empresa para que se procedesse à limpeza. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara e em resposta ao Sr. deputado Pedro Nunes, referindo que em relação à habitação social se estava naquele momento a trabalhar num processo de actualização, que estava a terminar, pois as candidaturas estavam desactualizadas. Relativamente aos passeios no Areão, não era a única situação, mas que iria tomar nota disso e que se tinha de facto de actuar. Quanto à questão do canal de Mira, sabia da situação e que estava a tentar uma intervenção, pois as coisas estavam cada vez mais difíceis, por falta verbas. Sobre os pinheiros referiu que tinha passado por lá há uns dias e que tinha reparado naquela paisagem, paisagem essa que não era a mesma que costumava ver há uns anos em Mira, mas que estava realmente preocupado porque a Câmara tinha direito a 60 % ou 80 % da venda dos pinheiros e que nem por isso as receitas da Câmara Municipal nos últimos tempos tinham sido bastante avantajadas, nesse sentido. -----

----Relativamente à intervenção do Sr. Gabriel Pinho referiu que quanto aos Correios era uma questão a registar, para que se conseguisse fazer alguma coisa. Quanto à questão da pista junto aos viveiros, disse que esta se integrava naquilo que se pretendia fazer de preservação e conservação da pista. Mencionou ainda que quanto ao Pólo II,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

teve que se fazer uma alteração ao plano, no entanto tinha existido na outra semana uma reunião com os empresários, mas que estava tudo em andamento. -----

----Quanto à intervenção do Sr. deputado António Alberto disse que era complicado responder a tantas questões de processos tão complicados e conseguir junto da Assembleia explicar toda a dimensão que satisfizesse cada deputado e a Assembleia no geral sobre estes assuntos. Relativamente à Cooperativa Agrícola Mirense mencionou que era uma “*embrulhada terrível*”, pois não era possível fazer a escritura, porque a Direcção da Cooperativa não aceitava o negócio que a Câmara tinha feito há cerca de dois anos com esta, que, a Câmara já tinha pago à Cooperativa e que esta agora não aceitava e que era um processo complicado que afectava o licenciamento da Incubadora. Sobre o sistema hídrico falou que gostava de ver todo o sistema resolvido e que estava a lutar por isso. -----

----Relativamente à intervenção do Sr. deputado Luís Filipe Cainé mencionou que a Variante Norte era uma obra que iria trazer grande ligação e facilitação entre a Praia de Mira e a A17 e que só faltava a sinalização, mas que se estava a tentar lançar um concurso para esta, para a diminuição do perigo que as grandes velocidades poderiam suscitar. Quanto ao furo disse que era bem-vindo e era água que surgia de 400 m de profundidade e que só se tinham que congratular por isso, pois se não houvesse nenhum colapso nas profundezas, parecia que se tinha água, que depois de entrar na rede, vinha satisfazer as necessidades do Concelho. -----

----Tomou depois a palavra o Sr. deputado Carlos Milheirão para se falar acerca das auto caravanas e que estas tinham sido um problema na Praia de Mira durante o Verão



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

inteiro, tendo a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia mandado lá a GNR, para que estas saíssem de lá e a verdade é que aqueles indivíduos por melhores turistas que fossem, não eram bons turistas, tendo mesmo sido a urinar para o areal. -----

-----Outra questão que colocou foi o facto de ainda existir uma vala aberta no núcleo A do Miroásis, vala essa que está aberta há 5 meses, agradecendo que a tapassem antes que o queixoso enviasse uma máquina para lá e enterrasse aquilo de qualquer maneira. Ainda usando da palavra perguntou como estava a questão da casa da Guarda-Fiscal e do gradeamento para a lota. Falou ainda acerca de um indivíduo que queria construir uns palheiros na margem da barrinha, que seriam para alugar, dizendo que se fosse preciso um parecer da Junta nesse sentido, seria negativo. Para terminar a sua intervenção disse que tinha ouvido dizer que o risco que a Câmara corria de ter que indemnizar a empresa Miraférias se devia ao facto de a Câmara não ter apresentado a contestação ao recurso a tempo e horas, querendo saber se o Executivo sabia alguma coisa acerca disso. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Paulo Grego, começando por perguntar se em Mira tinha decorrido tudo normalmente no início do ano lectivo, de que forma é que estavam a ser acauteladas as actividades enriquecimento curricular, em que ponto estava a Carta Educativa do Concelho e como tinha decorrido a participação pública na elaboração dessa Carta Educativa. -----

----De seguida congratulou-se pela visita do Sr. Secretário Adjunto da Administração Local. Falou ainda sobre a época balnear onde disse que esta tinha decorrido mais ou menos bem, que se tinha mantido a Bandeira Azul, dando uma palavra de apreço para a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

animação que a Praia de Mira tinha conseguido durante esta época e para a Técnica de Animação um louvor, devido à variedade e à quantidade de eventos que tinham decorrido no areal e no largo da barrinha. Por último reportou-se ao facto de este ano em Mira não terem ocorrido, felizmente, grandes problemas com incêndios florestais. --

----Interveio o Sr. deputado Mário Manata, dizendo que não queria continuar a pensar que os mais necessitados fossem sempre esquecidos, dizendo isso porque ao ler o relatório de serviços efectuados referente à Freguesia dos Carapelhos, apenas na página 4 se encontrava um apoio na participação à equipa dos “Unidos de Carapelhos”, na participação dos Jogos Sem Fronteiras a Oliveira do Bairro, pedindo que não se esquecessem da Freguesia dos Carapelhos. Para terminar a sua intervenção perguntou sobre do estado do primeiro processo em que são os Autores, Miraférias e os Réus, o Município de Mira, Hélio Martins, Joaquim Jerónimo e Mira Development, sendo este o processo nº 67/93 no qual se pedia que fosse validamente celebrado o contrato-promessa, pedindo a condenação dos Réus a pagar solidariamente a quantia que se viesse a liquidar em execução de sentença, processo esse em que todos contestaram com a excepção do Réu, querendo saber se o processo se encontrava na Comarca de Vagos, ou tinha sido remetido ao Tribunal Administrativo e se se tinha proferido Sentença e qual o seu resultado. -----

----Seguiu-se a intervenção da Sr.^a deputada Dr.^a Cristina Jorge, colocando a possibilidade de uniformizar o dia da Assembleia Municipal e inclusivamente a hora, pois para ela era extremamente difícil este ano estar presente, pois a sua falta ao serviço prejudicava terceiros. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Em resposta ao Sr. deputado Carlos Milheirão, interveio o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que as preocupações relativamente às Auto Caravanas eram as mesmas, mas que aquilo que as autoridades diziam era que os Órgãos Municipais tinham que aprovar e alterar as posturas de trânsito e tentar colocar as placas de sinalização nos sítios adequados, referindo ainda que as autoridades já tinham actuado sob pressão, mas a verdade é que tudo tinha voltado ao mesmo. Relativamente à questão do Miraférias disse que a Câmara tinha apresentado Recurso para o Supremo Tribunal Administrativo e que o processo era um processo enorme e com vários anos. -----

----Quanto às questões colocadas pelo Sr. deputado Mário Manata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que estava atento e sensível aos mais necessitados, dizendo ainda que não lhe passava pela cabeça que da sua parte ou da parte da Câmara existisse qualquer tentativa de discriminar freguesias ou povos no Concelho. Relativamente ao processo Miraférias mencionou que o Sr. Mário Manata tinha levantado um problema de um processo enorme, que se teria de passar uma hora ou duas a analisar o processo, tendo já dado inclusive à Assembleia informações sobre este. -----

----Relativamente às questões colocadas pelo Sr. deputado Dr. Paulo Grego, pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego interviesse, pois eram questões relacionadas com o seu Pelouro. -----

----Tomou assim da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego dizendo que relativamente ao ano lectivo era tudo novo e que portanto existia uma dinâmica nova no Primeiro Ciclo, que tinha sido feito um Protocolo entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, tendo aberto um Concurso para as Actividades de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Complemento Curricular tende sido adjudicado na Segunda-feira à empresa vencedora; que, as actividades tinham-se iniciado antes do previsto e que as informações que tinha era de que estava tudo a decorrer normalmente e que se estava também a implementar no Concelho e nas Escolas que assim o entendessem as actividades de tempos livres, que não eram agora obrigatórias por Lei, mas que tinha sido feito um Protocolo com a Casa do Povo, por forma a que esta assegurasse o ATL em Mira, porque senão iria criar-se desemprego, pois as pessoas não teriam trabalho, assim como, na Praia de Mira com a UPAS e nos Carapelhos e Corticeiro com a Associação de Solidariedade. Quanto à Carta Educativa referiu que era o assunto que mais lhe custava falar, porque depois de muito ter “*debatido*” que era um documento estratégico para o Concelho nos próximos dez anos, de se ter contestado a forma como esta estava a ser feita, apenas 4 pessoas intervieram, entre as quais a freguesia do Seixo, sendo de lamentar se ter perdido esta oportunidade, disse também que a época balnear tinha corrido razoavelmente bem e que se deveria apostar mais nesta área, juntamente com as forças locais. Quanto à Protecção Florestal, disse que se tinha recorrido a meios próprios, não existindo nenhuma ajuda da parte do Estado. Para terminar a sua intervenção dirigir uma palavra de reconhecimento aos Bombeiros por terem tido uma actuação exemplar, na prevenção e no combate dos incêndios quando tinha sido necessário. -----

----Tomou depois da palavra o Sr. Presidente da Assembleia e em resposta à Sr.^a deputada Dr.^a Cristina Jorge disse que sobre da variabilidade dos dias e das horas da Assembleia ela era vantajosa, porque para se ter um dia único e uma hora certa, teria que se antecipar a realização das Assembleias com a antecedência de um ano, mas que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

se a forma que se tinha estado a usar não era considerada maioritariamente a melhor, criava-se outra forma de trabalhar. -----

----Ainda usando da palavra o Sr. Presidente da Assembleia mencionou o facto de já se ter esgotado o tempo legal para o período da antes ordem do dia, perguntando à Assembleia se esta concordava em continuar, pois existiam mais cinco intervenções. ----

----Sem ninguém a se opor seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro falando sobre os contentores do lixo na Praia de Mira e que os cidadãos desta tinham tanto direito como as outras pessoas à qualidade de vida e que não era preciso colocar isto no rol de planeamento, pois essas coisas eram para ser tratadas já. Falou ainda que era inadmissível que nas duas Avenidas que davam acesso à Praia que as pessoas não pudessem andar no passeio, pois os carros estacionavam lá e com mercadorias em cima e que os Fiscais da Câmara não viam nada disso. -----

----Mencionou ainda que para se licenciar os circos era necessário que existisse condições, como aquele que estava instalado no Campo do Touring pois até tinha casas de banho, mas que o outro que estava instalado junto à Junta de Freguesia não tinha condições, citando um comentário de um morador que dizia assim: *“O ano passado meteram-nos aqui um circo e a gente não gostou, este ano meteram-nos dois para ver se a gente passa a gostar”*. Para terminar a sua intervenção fez um comentário sobre a intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho, dizendo que se a sala de visitas do Concelho fosse uma Zona Industrial que estava tudo muito mal. -----

----Interveio o Sr. deputado João Nogueira mencionando que tinha presenciado várias vezes na Praia de Mira, as bicicletas a passar nos passeios, presenciando inclusive um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pequeno acidente com as mesmas, apelando para que a Câmara fizesse alguma coisa. Outra coisa que apelou foi para que se corrigisse o termo “pesca ser costeira”, não sendo esta costeira mas sim local. Para terminar a sua intervenção falou sobre o Regente Rei, e que este não deveria ser esquecido. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário que perguntou se o registo do terreno da habitação social já estava resolvido. Outra questão que colocou foi se Câmara tinha Técnicos preparados para grandes Projectos, pois por causa de um simples Projecto como o Parque Infantil se fazia um “*bicho-de-sete-cabeças*”. Para terminar a sua intervenção falou sobre um artigo que existia na edição de 16 de Agosto no Diário de Coimbra, cujo testemunho tinha sido dado por duas senhoras que habitam na Praia de Mira que dizia assim: “*já ninguém quer dar passeios na gaivota, nem com desconto. Quanto ao nosso jornal aponta o desinteresse dos clientes, à crise que vai por aí, à falta de dinheiro, mas acima de tudo tecem duras críticas à Câmara Municipal de Mira que acusam de deixar a barrinha ao Deus dará, ao desleixo, à falta de limpeza, considerando que nesta altura, aqui não há nenhuma comunidade para os turistas, apontando para a sujidade no chão, que se observa e para algumas mesas tortas e partidas. A Câmara só se importa com a praia e não liga nenhuma à barrinha, que está uma miséria, isto é uma lixeira*”, referindo o Sr. deputado Dr. Juan António que até em termos técnicos, existisse alguma falta de cuidado de manutenção. -----

----Seguiu-se a intervenção do 2.º Secretário Sr. Paulo Reigota que falou sobre o programa cultural, dizendo que tinha sido muito bom e variado e dando os parabéns à Câmara e às Associações que se tinham associado a esta na feitura dos eventos. Falou



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ainda da Gastronomia mencionando que esta tinha voltado a correr bem, mas que se estava a perder o espírito inicial da Mostra Gastronómica, dando os parabéns à Confraria do Nabos, que para ele, eram os únicos que mantinham o espírito da Mostra e pensando que a Câmara devia ser mais fiscalizadora nesse aspecto e exigente para que nas próximas Mostras existissem preços mais acessíveis. Ainda sobre a Mostra Gastronómica disse que um participante se tinha queixado de lhe terem “furtado” 270 talheres e que a Câmara deveria no futuro adquirir louça para que isso não voltasse a acontecer. Ainda usando da palavra o 2.º Secretário Sr. Paulo Reigota, disse que aquela Agenda Cultural que tinha sido lançada em formato de livro de bolso, tinha sido bem elaborada tanto informativa como graficamente, só que existiram alguns lapsos, pois o ele próprio fazia parte de um grupo de teatro que tinha estado a actuar no Centro Cultural da Praia de Mira, durante seis semanas e que nunca foram mencionados. Referiu ainda que os preços na Praia de Mira estavam muito elevados e que a Câmara deveria fazer um comunicado, pois os preços estavam proibitivos. Referiu que o lixo na Praia de Mira era culpa da empresa, mas que também era culpa da falta de civismo de muitas pessoas. Para terminar falou sobre as placas de Lagny, que estas estavam muito bonitas, simples e bem concebidas dando os parabéns à Câmara. -----

----Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara que disse que muitas das questões eram encaradas como lamentos e que registava as preocupações. Louvou a intervenção do 2.º Secretário Sr. Paulo Reigota, no sentido de algum optimismo. Quanto à questão dos preços na Praia de Mira disse que era verdade, e que já tinha passado por várias zonas, e a refeição mais cara que tinha pago, tinha sido na Praia. Louvou ainda a intervenção do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Sr. deputado João Nogueira, pois ia na linha daquilo que estava a dizer, pois era de facto preciso campanhas de sensibilização, cada vez mais, porque não havia nada que resistisse quando as bicicletas andavam constantemente em cima dos passeios. Quanto à questão do Regente Rei disse que nesse aspecto a Autarquia estava atenta quanto à preservação e à dignificação dos seus valores do passado. -----

----Relativamente à intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro disse que já tinha conversado com ele e que registou tudo aquilo que disse e que iria procurar melhorar as coisas referindo ainda que as populações da Praia tinham os mesmos direitos e deveres das populações do Concelho. -----

----Quanto à intervenção do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário mencionou que não existiam baldios na Praia de Mira e que os terrenos eram municipais, quanto à questão do registo dos terrenos disse que pensava que ainda não estava resolvido. Relativamente às mesas referiu que eram da jurisdição da Florestal e que a Câmara era pequena e com algumas dificuldades e que não conseguia resolver tudo. Mencionou ainda que para o Parque Infantil não era preciso grande projecto, que a Legislação era rigorosa e que os Serviços Técnicos eram bons. Quanto à intervenção do Sr. deputado Carlos Milheirão disse que o processo da casa do Guarda-florestal continuava em Tribunal. Quanto aos palheiros nas margens da Barrinha disse que tinha tido o conhecimento não oficial disso há 3 dias, mas que naturalmente a Câmara, à partida, estava contra isso, pois esta já tinha planos para aquelas margens. Relativamente à Gastronomia disse que existia algumas questões para melhorar e a resolver, mas que mais uma vez tinha sido um acto de sucesso para a Praia de Mira e para o Concelho. ----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----No uso de direito de resposta o Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro referiu que nunca tinha dito isso e que o que tinha dito era que as pessoas da Praia de Mira tinham o mesmo direito à qualidade de vida que as pessoas que a visitavam, pedindo para que fosse rápido nessa situação, não tendo a afirmação nada a ver com a resposta que o Sr. Presidente tinha dado. -----

----Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezoito horas e quarenta minutos, foram interrompidos os trabalhos, seguindo-se um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às dezanove horas e vinte minutos. -----

----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----Nesta altura, eram cerca de 19:20 horas, ausentou-se da sessão o Sr. deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida para se reportar à ausência do Sr. deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo, dizendo que este se ausentou como forma de protesto, pois tinha levantado inúmeras vezes o braço e que não lhe tinha sido dada a palavra, pedindo ainda para que esse facto ficasse registado em acta. -----

----**PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do artº 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”:**-----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que a taxa de execução do orçamento de despesa era de 33.06 %, dizendo que isto se referia aos montantes pagos. Quanto às receitas referiu que os 59.63 % eram razoáveis, mas que os 16.83 % estavam um bocado



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

abaixo das expectativas, porque até aquele momento não se tinham conseguido ultrapassar questões como as entradas de fundos comunitários, esperando que estas fossem resolvidas o mais depressa possível. Quanto às taxas de execução de 12.50 % do PPI, não queria dizer que as obras e os seus processos não estivessem a decorrer, mas que a capacidade de pagamento tinha sido bastante baixa. Relativamente à questão do saldo orçamental, mencionou que quando aparecia os 597. 600.00 €, se estava a negociar com o Banco no sentido de amortizar essa importância. Referiu ainda que a dívida considerada era sempre o montante facturado e não pago, não constando assim os compromissos assumidos pela Autarquia. Mencionou que o montante de 5 milhões e 500 mil euros, não podia ser ultrapassado até ao final do ano e que o aumento datado de 31 de Março de 2006 e 30 de Junho de 2006, felizmente já estava reduzido à data de 13 de Setembro de 2006. Quanto à nova Lei das Autarquias Locais referiu que a Autarquia não estava englobada mediante a nova Legislação. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Juan António Apolinário dizendo que as Taxas de Execução tinham valores relativamente baixos, a nível das despesas e receitas de capital. Referiu que o empréstimo contratado em 2002 tinha um valor de 4.489.200,00 € e que apenas tinham sido utilizados 997.600,00 €, querendo saber se a Instituição Financeira não estava a cobrar nenhuma comissão de imobilização do dinheiro que não tinha sido utilizado, pois era prática corrente cobrar. Mencionou ainda que quanto ao Endividamento Líquido Final estava muito mais fácil e perceptível, agradecendo o empenho demonstrado em termos da informação adicional. -----

----Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que as informações que tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dos serviços era que não se estava a cobrar nenhuma comissão de imobilização, quanto ao reparo do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, agradeceu o elogio que tinha feito aos Serviços. -----

---PONTO DOIS: “Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas do futuro Plano Pormenor dos Prazos Velhos em conformidade com o disposto no artº. 112º. Do D.L. nº. 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção e a alteração do projecto do referido Plano, adoptando-se a modalidade prevista na alínea d) do nº. 2 do artº. 91º. Do D.L. nº. 380/99, de 22 de Setembro, na actual redacção.”. -----

---Conforme mencionado anteriormente, este ponto da ordem de trabalhos foi retirado.-

---PONTO TRÊS: “Declaração de Utilidade Pública das Infra-Estruturas de Radiocomunicação da TMN, nos quintais do Cential e Cabeço da Freguesia de Mira, tendo em conta a alínea d) do n.º 2 do artº. 9º. Do Regime da Reserva Agrícola Nacional, Plasmado no D.L. nº. 196/89, de 14 de Junho, conjugada com o artº. 44º. Do Regulamento do Plano Director de Mira”-----

---Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que no Decreto-Lei de 11 de 2003, exigia a legalização de situações anteriores. -----

---Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Narciso Patrão referindo que primeiro as antenas deviam ser licenciadas e só depois instaladas. -----

---Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida dando os parabéns ao Executivo e aos Serviços Técnicos da Câmara por terem dado uma informação completa e precisa com toda a documentação, ao contrário dos outros pontos da ordem do dia, como se veria mais adiante. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----

---PONTO QUATRO: “Autorização para venda de arvoredos provenientes do Pinhal do Montalvo e do Pinhal do Cabaço.” -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. Presidente da Câmara mencionando que este ponto se justificava com a evolução das coisas, pois existia a A17 que iria atravessar o Pinhal do Montalvo e o Pinhal do Cabaço e as infra-estruturas na Zona Industrial Sul que se queriam começar o mais rápido possível e que, portanto, se tinha mexer no arvoredos, pedindo assim autorização à Assembleia para a venda desse arvoredos, mediante concurso público e das Leis normais e gerais do País. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida, dizendo que a informação deste ponto estava muito incompleta, que simplesmente existia uma folha onde constava que tinha sido aprovado por unanimidade na Reunião de 12 de Setembro de 2006 a autorização para abate de arvoredos e posterior venda, perguntando se já existia algum estudo para a Zona Industrial, se iria ser Plano de Pormenor ou Loteamento, se a área de corte de arvoredos estava limitada, qual a quantidade de árvores que iriam ser abatidas e quais os espaços verdes que iriam ser utilizados nessa Zona Industrial. -----

----Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que esta questão tinha sido aprovada por unanimidade, mas que tinham sido levantadas algumas questões que eram da competência da Câmara e que se estavam a tratar para levar às reuniões do Executivo, e que não existia mais informação pois o processo ainda estava a ser preparado. -----

----Interveio de novo o Sr. deputado Dr. Raul Almeida dizendo que se não existia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nenhum estudo naquele momento, porque é que essa questão tinha sido levada à Assembleia e não seria levada depois quando já existisse um estudo elaborado e determinado para que já existissem as quantidades de delimitações, referindo ainda que a Assembleia iria autorizar um valor que ainda não era concreto. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que se estavam a falar de Bens Móveis e que a única questão que se colocava, era que a Assembleia autorizasse a venda do arvoredo e que a outra parte era apenas da competência da Câmara. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida mencionando que sabia que eram Bens Móveis e que só isso é que carecia de vir à Assembleia e que também tinha visto a informação que tinha ido à Reunião de Câmara, mas que os seus colegas deputados não tinham aquela informação. Outra questão que colocou foi que na Reunião dizia que era venda de arvoredo, mas que não sabia qual era o destino do produto dessa venda e que a única informação que tinha era da acta de Reunião de Câmara de Dezembro de 2004 que dizia o seguinte: *”relativamente a este assunto o Senhor Dr. João Reigota disse que não estava devidamente esclarecido e qualquer eliminação das matas nacionais, nunca poderia ser feito de ânimo leve, que não tinha informação concreta e minuciosa sobre tal questão e pensava que as matas representavam um importante património natural e histórico do concelho e um enquadramento urbano naquela zona justificava outro tipo de informação, para se poder aqui latar correctamente do que era pretendido, que não queria futuramente comprometer as gerações vindouras e por isso votava contra”*. ----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara referindo que quanto ao destino do produto da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

venda não iria responder com todo o respeito. E que quanto ao conteúdo da acta, todos os deputados do PS tinham votado contra, até porque o enquadramento da afirmação não era o mesmo que estava posto em causa naquele momento e que não iria responder mais nada sobre aquele assunto. -----

----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 9 votos contra e 2 abstenções. -----

----**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----O Sr. deputado Dr. Raul Almeida mencionou que a informação era muito pouca para estar em causa as matas. -----

----Interveio o Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro declarou que se tinha absterido, porque de facto existia um projecto com importância, embora estivesse de acordo que a informação não era suficiente. -----

----Seguiu-se a declaração do Sr. deputado Narciso Patrão que mencionou que da outra vez se tinha absterido, mas que desta vez tinha votado a favor, porque os casos eram diferentes.-----

----**PONTO CINCO: “ Autorização para venda de inertes proveniente da movimentação de terras necessária à execução do Projecto da Zona Industrial do Montalvo.”**-----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que se estava a entrar no mesmo caso, pois tinha a ver também com a A17 e a Zona Industrial, tendo em vista a posterior venda dos inertes e considerando que as “Estradas de Portugal” tinham eleito aquela zona como “zona de empréstimo” no âmbito do traçado da A17 e que a questão era



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

idêntica. Mencionou ainda que o Sr. Eng. Rui Silva já estava a preparar o Projecto para que fosse sujeito a concurso público. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro dizendo que com a venda da desflorestação e a venda da madeira concordava, mas com a venda de inertes não, porque ia contra os seus princípios. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida referindo que para além de não saberem qual zona donde iriam ser retirados também não sabiam a delimitação que tinha, qual o tamanho, a cota de areia que iria ser retirada, até porque a extracção de inertes iria causar vários problemas à volta dos terrenos de onde iriam ser retirados. Outra questão que colocou foi no sentido de ser explicado o que se entendia por uma zona de empréstimo. -----

----Tomou da palavra o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário referindo que não era contra a Zona Industrial do Montalvo, nem contra o projecto da A17, mas que não se podiam deliberar certas situações sem ter conhecimento, dizendo ainda que era a favor das questões levantadas pelo Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro e pelo Dr. Raul Almeida, pois eram pertinentes. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida referindo que a bancada não estava contra a A17, nem contra a Zona Industrial do Montalvo, mas sim totalmente a favor, não estavam era de acordo com a forma de se trazerem os assuntos à Assembleia sem se ter uma informação concreta. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Paulo Grego referindo que não entendia porque é que eram a favor da A17 e da Zona Industrial do Montalvo, e eram contra a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

venda do arvoredos. -----

----Interveio o Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro que disse que não era contra os Projectos, mas sim da maneira como era proposto o ponto. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida e em resposta ao Sr. deputado Dr. Paulo Grego disse que sabia no que é que se estava a votar, não sabiam era a quantidade e o destino. -----

----Tomou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia dizendo que quanto à venda abusiva de inertes era uma realidade que se tinha que contestar, mas que no Concelho não se iria abusar da venda dos mesmos. Perguntou ainda ao Executivo se era um trajecto crítico esta autorização ou se existia um espaço de tempo que permitisse um melhor esclarecimento na próxima sessão, e se era necessária para aquele momento uma autorização da Assembleia ou se podia prescindir dela sem prejuízo para o desenvolvimento dos projectos em causa. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. Presidente da Câmara que disse que para se fazer a Zona Industrial era preciso que toda aquela zona fosse planada, pois era necessário trabalhar em função da cota da Auto-Estrada e que existiam questões técnicas no local que exigiam isso, estando perder-se tempo e, que, além disso, o projecto necessitava de ser licenciado pelo Ambiente. -----

----Interveio assim o Sr. Eng. Rui Silva que começou por esclarecer que para execução da A17, em Mira, o Instituto de Estradas tinha definido duas áreas de empréstimo e que estas eram zonas potenciais para a extracção da areia e que o prazo de conclusão da Auto-Estrada era para o início de 2008 e que existia grande urgência para os



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

empreiteiros arranjam terras. Referiu ainda que toda a Auto-Estrada passava em aterro com excepção da zona do Pinhal de Montalvo que passava em escavação. Em relação às competências mencionou que a Assembleia era competente para a autorização da venda de imóveis e que de acordo com o Código Civil as árvores faziam parte integrante da propriedade enquanto se encontrassem lá, por isso eram consideradas bens imóveis, ao ser autorizado o seu abate são consideradas bens móveis e que portanto a venda destes bens já era da competência da Câmara. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Pedro Nunes mencionando que a explicação que tinha sido dada pelo Sr. Eng. Rui Silva deu a perceber que as areias iriam ser movimentadas apenas para a Auto-Estrada em si e que a venda seria feita apenas às Empresas que a iriam fazer. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que iria existir um concurso público e sabia que os empreiteiros ligados à Auto-Estrada estavam interessados em concorrer a esse concurso público. -----

----Tomou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia dizendo que os empreiteiros da Auto-Estrada estavam interessados em comprar a areia para a construção da mesma e que, portanto, existia um destino traçado para aquela areia, perguntando assim se se podia fazer outra coisa que não a autorização da venda das areias porque elas tinham que ser obrigatoriamente removidas. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro que disse que pela ordem de ideias do Sr. Presidente da Câmara a nossa costa futuramente seria só esporões, mas que também não se sabia a quantidade de areia e que às tantas até podia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ser uma quantia insignificante. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, dizendo que pela explicação dada pelos Técnicos da Câmara as coisas eram enquadradas de outra forma, agora decidir com base num papel muito estrito, não era possível, sugerindo assim que o Sr. Presidente autorizasse um intervalo de 5 minutos, para se pensar, porque de facto era o interesse do Concelho que ali estava em questão. -----

----Usou da palavra o Sr. deputado Dr. Raul Almeida dizendo que sabia que na Reunião de Câmara em que aquele assunto tinha sido discutido, o Eng. Rui Silva tinha dito que já existiam cotas para aquilo, perguntando porque razão é que essa documentação não lhes chegava às mãos. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Paulo Grego que demonstrou o seu desagrado pela intervenção do seu colega da bancada do PSD, porque na sua opinião estavam a ser incoerentes e que a insinuação que tinha feito a seu ver, o tinha desagrado e desiludido daquilo que conhecia do Sr. deputado até aquele momento. ---

----Decretado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte horas e dez minutos quando se deu início a um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às vinte horas e vinte minutos. -----

----Interveio o Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro dizendo que realmente a granulometria dos inertes não davam para realimentação, pois era uma areia muito fina e que sendo assim já concordava com o Projecto pois que já se sentia esclarecido. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Carlos Milheiro referindo que quanto à reposição dos inertes na Praia de Mira não existia areia que valesse e que a única coisa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que valia à Praia era a destruição completa e integral dos molhos que lá tinham sido feitos ou então seria a construção de quebra mares ao longo de toda a costa até à Serra da Boa Viagem. -----

----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 12 votos a favor, 9 abstenções e zero votos contra. -----

----DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

----O Sr. deputado Dr. Raul Almeida em nome da bancada do PSD declarou que a abstenção, se tinha devido ao facto da informação não ter sido disponibilizada. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário querendo reiterar a falta de informação quando esta podia ter sido fornecida. -----

----PONTO SEIS: “ Fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2007, nos termos da alínea f), nº. 2 do artº. 53º. Da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 1 de Janeiro.” -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara referindo que tinha sido uma deliberação do Executivo aprovada por unanimidade para o ano 2007, e que os prédios rústicos tinham uma taxa de 0.8 %, os prédios urbanos 0.8 % e os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis 0.4 %. -----

----Tomou da palavra o Sr. deputado Carlos Milheiro referindo que quando tinha sido estipulado o valor das contribuições dos prédios da Praia de Mira, estando esta numa zona turística, que os valores tinham sido sobrevalorizados relativamente aos outros imóveis do Concelho e que nesta questão mais uma vez a Praia iria ser penalizada por este aumento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Luís Mingatos mencionando que pensava que o Sr. Presidente iria fazer uma nota introdutória sobre os valores que tinham aumentado e sobre os que tinham descido, pois tinha-se registado um aumento de 33 %, perguntando assim se este aumento não era um desincentivo para a transmissão dos prédios urbanos e principalmente se não era penalizante para quem tinha a situação dos terrenos e das casas regularizada, porque como se sabia, no Concelho de Mira ainda existiam muitas situações em que os prédios estavam em nome dos antepassados e que estes não iriam sofrer nada com este aumento, mas sim aqueles que tinham adquirido há pouco tempo. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário referindo que em Aveiro tinha havido uma redução da taxa com o actual Executivo e que por outro lado, com a nova Lei das Finanças Locais, parte do Imposto, 50 % iria ficar na Junta de Freguesia e outra parte iria para o Concelho, expressando-se para que fosse feita alguma locação dessas verbas também na Freguesia da Praia de Mira, já que esta tinha um contribuinte líquido maior. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro completando a intervenção do Sr. deputado Carlos Milheirão dizendo que tinham votado desfavoravelmente sobre aquela questão há cerca de um ano e meio e que era lamentável mais uma vez aquele agravamento. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara respondendo aos Srs. Deputados que a proposta tinha sido aprovada na Reunião de Câmara e que pouco mais tinha a dizer sobre aquele assunto. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 10 votos a favor, 7 abstenções e 5 votos contra. -----

----DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

---O Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro, justificou o voto, pelo facto de ter seguido a mesma linha de coerência que tinha tido há cerca de ano e meio. -----

---Interveio o Sr. deputado Professor Luís Lourenço referindo que tinha votado contra, porque as famílias estavam demasiado honoradas com impostos, que aquele era mais um e que se algumas famílias conseguiam suportar, outras não. -----

---Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Luís Mingatos dizendo que se tinha absterido porque a sua intervenção não tinha merecido qualquer consideração por parte da Câmara e que tinha caído em saco roto, e que não era necessário, mas se fosse tinham perdido um voto a favor. -----

---Interveio o Sr. deputado Dr. Marco Custódio mencionando que por falta de informação pessoal e porque não sabia quais eram os valores anteriores e que sendo mais um aumento do Imposto e principalmente por ser da Praia de Mira se tinha absterido. -----

----PONTO SETE: “ Declaração de interesse público municipal do projecto de instalação de uma Unidade de Aquicultura de Pregado no Concelho de Mira.” -----

---Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara querendo congratular-se pelas aprovações da Assembleia relativamente a assuntos que se consideravam importantes. Mencionou ainda que a Zona Industrial do Montalvo e à A17 eram questões fundamentais, para se poder dar a recuperação e o progresso para o Concelho e que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

todas as obras faladas para trás e que aquela que se iria falar neste ponto eram demasiado importantes. Referiu que a realidade da Pescanova na sua perspectiva era uma realidade a conquistar e não um dado adquirido e que só se iria conseguir “trazer” a Pescanova para Mira, se de facto se demonstrasse um grande interesse e um grande consenso à volta daquela questão, não ignorando os vários interesses à volta da mesma, pois naquele momento Espanha estava a fazer de tudo para que a Pescanova não viesse para Portugal. Mencionou ainda que há poucos dias se tinha reunido em Lisboa com Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, com a Agência do Investimento, presidida pelo Sr. Dr. Basílio Horta em que tinham estado presentes também o Sr. Director Geral do Ordenamento, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, a Direcção Geral das Pescas e o Instituto de Conservação da Natureza e que, portanto, tudo o que viesse a ser feito quanto a isso, estava tudo acautelado relativamente a estudos de impacto ambiental, a estudos de ordenamento. Lembrou ainda que quando tinha sido confrontado com aquela situação de uma Empresa Multinacional se instalar em Portugal, particularmente em Mira, naturalmente que as primeiras questões que o tinham preocupado tinham sido as ambientais e que ainda hoje poderia ter algumas dúvidas de pormenor, embora lhe tivessem garantido que a Empresa obedecia a todo o tipo de tecnologia, o mais moderno possível, que ultrapassava aquelas dúvidas e que era uma pena se as inúmeras, múltiplas e gigantescas vantagens que uma questão daquelas trazia para o Concelho, para a Região e até para o País, não fossem de facto desenvolvidas e incentivadas e aproveitadas, sendo este o maior investimento já alguma vez conseguido no Conselho, com repercussões a nível Europeu e Mundial. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----Para terminar a sua intervenção referiu que depois de ter sido contactado pelos vários Ministros e pelos vários Secretários de Estado relativamente àquele assunto e ao grande interesse que trazia para o País e depois de ter visto que outros candidatos como Viana do Castelo e Sines tinham ficado para trás, porque o nosso Concelho reunia condições ímpares para um Projecto destes, em termos climatéricos etc., de facto seria uma pena que não se continuasse a lutar para se atingir aquele grande objectivo, que era conseguir criar riqueza para o Concelho e postos de trabalho. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário referindo que o Sr. Presidente da Câmara tinha falado de facto de um Investimento que era importante para o Concelho e que quanto à criação dos postos de trabalho, embora fosse alguma mão de obra qualificada e não qualificada, seria importante preservar e acautelar os interesses do Município, pois até que ponto seriam os naturais do Concelho a ocupar estes postos. Outra questão que colocou foi o porquê do nosso Município ser o escolhido, pois a primeira impressão que tinha tido ao ler aquela questão, foi de que era um presente envenenado, terminando a sua intervenção dizendo que tudo o que fosse para a criação de postos de trabalho e de alguma forma dinamizar o Concelho era sempre a favor, ele e a grande maioria, desde que devidamente acautelados, pois não conhecia nada do projecto em si. -----

----Interveio o Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro mencionando que pensava que a questão dos empregos estava ultrapassada e de facto o único problema que poderia existir era em relação aos problemas ambientais pois era evidente que se teria que colocar algumas reticências, mas que também não era verdade tudo aquilo que diziam.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Referiu ainda que ele próprio estava no ramo da alimentação e que numa feira que tinha estado em Pontevedra, tinha visitado uma das empresas da Pescanova, que era a Frinova. Era uma empresa que estava colocada junto à costa em Pontevedra, tinha 23 mil m², e era autónoma em termos de resíduos, em termos de circulação de águas, tratamentos de águas residuais, efluentes e que, portanto, a única coisa que via que fosse problema era a desmantelação da duna para se ir buscar água salgada e a reposição da mesma duna, mas que haviam situações em que estas ficavam melhor qualificadas. Esclarecendo ainda que pelos conhecimentos que tinha, que com a Pescanova, que fazia pesca selectiva, não tinha grandes resíduos, apenas os efluentes da fábrica de farinhas iria produzir alguns cheiros, mas para isso eles também tinham soluções para esse problema, desde logo com filtros adequados, como os que presentemente eram usados nas cimenteiras; que estava satisfeito em termos de produção, mostrando a sua satisfação pela existência do processo de co-incineração, dado que a Pescanova em termos de lixos industriais, iria produzir mais, que as 1452 empresas existentes no País. Seguidamente, exibiu um mapa ilustrativo da existência de inúmeras empresas da Pescanova, todas elas situadas junto ao litoral. -----

----- Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Pedro Nunes dizendo que quando a esmola era grande o pobre desconfiava e que tinha sido a primeira reacção que tinha tido quando leu a notícia no “Expresso”, mas que agora a preocupação era conciliar isto com o turismo. Mencionou ainda que o projecto era apresentado de uma forma muito escassa e que o resumo feito pelos responsáveis da Empresa, tinha sido de atitude perante a Assembleia de “gozo”, porque uma Assembleia não podia só ir votar por ter



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sido decidido anteriormente, e que tinham direito a mais informação porque nem sequer era dito o local exacto onde seria localizado. -----

-----Interveio o Sr. deputado Dr. Paulo Grego dizendo que não era pessimista ao ponto de achar “porquê a nós” e que o Concelho merecia muito bem, que uma coisa daquelas calhasse ao nosso Concelho e que as oportunidades eram únicas. Quanto à declaração de interesse Municipal, ainda naquele dia se tinha declarado, por um bem muito menos rentável para o Concelho e que até já estava a funcionar e o mais certo, era que a localização exacta possivelmente ainda ninguém a soubesse, porque ainda se estava numa fase de declarar interesse municipal, para depois se avançar. Referiu ainda que depois de muitos investimentos feitos em Cantanhede, Montemor-o-Velho e Condeixa, Mira também não “dormia”. -----

-----Tomou da palavra o Sr. deputado Carlos Milheiro dizendo que tinha pena por ter sabido deste projecto da Pescanova através de pessoas na rua e depois no Jornal, mencionou que queria que o projecto fosse avante, que fosse bem sucedido, que criasse aqueles 200 ou 300 postos de trabalho, que o Primeiro-Ministro e Ex. Ministro do Ambiente não fizesse como fez na história do campo de golfe e que a questão da produção de energia eólica seria para uma auto-suficiência de energia por parte da empresa, sugerindo a quem escreveu o texto que eólica não levava “h”. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho dizendo que tinha sido pescador durante 7 anos e que tinha visto muitas fábricas de peixe e que a ele não lhe metia obstáculo e preocupação a criação de peixe, além de que ninguém até aquele momento, não lhe tinha conseguido explicar, quantos quilos de dejectos, davam um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pregado no fim de criado. Referiu ainda que a ele e a qualquer um, o cheiro das fábricas de farinha de peixe, era mais horroroso que a fábrica de Cacia, mas que não era este o motivo que o preocupava, mas sim o facto de o Sr. Primeiro-Ministro, que era na altura o Ministro do Ambiente, ter estragado o projecto do campo de golfe no Miravillas, dizendo que depois ajudava a colmatar os prejuízos, mudando o projecto para outro sítio e que agora vinha impor uma fábrica de Pescado. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida dizendo que, em principio, era a favor do investimento, mas queria ver umas questões esclarecidas. Referiu que não era especialista em questões ambientais, mas que existiam outras coisas que por hábito profissional já entendia e isto tudo para fazer uma comparação de que quando se ia ao Banco exigiam-se garantias, quando se fazia um contrato de arrendamento exigia-se um fiador, perguntando assim ao Executivo que garantias é que a API e o Governo Português tinham dado e se estavam feitas por escrito e que tipo de garantias, para que um dia se pudesse reclamar aquilo que não fosse cumprido. -----

----Interveio o Sr. deputado Narciso Patrão dizendo que o que se pedia na Assembleia era dizer se era ou não de interesse municipal, pois o desenvolvimento e a fixação de acordos só poderiam ser aceites se se preenchessem os interesses da Assembleia, e que só na altura do contrato é que deveria ficar tudo preto no branco, para que depois se pudesse exigir contrapartidas se elas existissem. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro dizendo que se estava a pedir documentação que a Câmara não tinha, pois o Promotor do projecto não adiantava pormenor nenhum do mesmo, enquanto não estivessem concluídas as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

negociações com o Governo. Em relação aos cheiros, disse que era verdade, mas não era numa Empresa com aquela dimensão, pois nunca tinha visto nada tão adiantado em termos tecnológicos, como existia naquela Empresa. -----

----Decretado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e uma horas e cinco minutos quando se deu início a um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos. -----

----Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que sobre aquele assunto não estava nada conquistado e que se tinha que caminhar muito para se conseguir trazer uma questão tão importante para o Concelho, para a Região e para ao País, mas era necessário declarar o interesse municipal para que se pudesse continuar a lutar. Quanto à falta de informação que tinham, a única documentação existente era a que tinha sido exposta. Mencionou ainda que as vantagens do projecto eram enormes e inéditas para a Região e que compreendia as questões e preocupações que pudessem existir, pedindo à Assembleia para que estivessem todos unidos em questões como esta. -----

----Seguiu-se a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 14 votos a favor, 1 voto contra e zero abstenções. -----

----Eram nove horas e vinte minutos quando o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e a Sr. deputada Dr.^a Cristina Jorge pediram para se ausentar. -----

----**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

----O Sr. deputado Gabriel Pinho citou o seguinte texto: *”Voto contra pela facto do Sr. Primeiro-ministro quando era Ministro do Ambiente no Governo do Eng. António Guterres e a Câmara na altura ser presidida pelo actual Presidente, Dr. João Reigota,*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

isto há seis anos atrás, ele próprio ter evitado a construção do campo de Golfe que fazia parte do projecto do aldeamento Miravillas e Miraóasis, obrigando a Câmara a fazer um novo projecto noutra zona do Concelho, alegando que estes terrenos faziam parte da Rede Natura, esquecendo-se dos investimentos que muitos investidores fizeram e dos prejuízos que lhe causaram, esquecendo-se também do atraso que veio dar a este empreendimento, mudando de sitio o campo de Golfe que ainda hoje se encontra por fazer e fazendo na altura grandes promessas de ajuda para o Concelho para reparar este dano, o qual até hoje nada se viu. Vem agora, o mesmo senhor, mas agora na qualidade de Primeiro-Ministro impor-nos a implantação de uma indústria para criação e transformação de pescado. Já não estando, neste caso, o local abrangido pela Rede Natura, esquecendo-se que isto pode ser um presente envenenado, pois os nossos vizinhos Espanhóis rejeitaram-na. Por outro lado, ainda não vi nenhum ambientalista a explicar quantos quilos de dejectos pode atingir um peixe até atingir um quilo. Porque apregoamos em campanhas eleitorais que queremos um concelho virado para o turismo de qualidade, acho no meu entender, que não é com investimentos desta natureza que o iremos ter”. -----

----Interveio o Sr. deputado Dr. Raul Almeida referindo que entendiam os investimentos e respostas que a Câmara tinha que dar com grande rapidez, apreciando o esforço da Câmara e do Governo Português para que o investimento fosse feito no Concelho. Criticou a falta de informação mas acreditou na palavra do Executivo, no que tocava á falta de informação, mas que queriam algumas salvaguardas. Salvaguardas essas que eram que a Câmara garantisse durante as negociações que soubesse a localização e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

prevenisse a reversão dos terrenos em caso de incumprimento, nomeadamente nos postos de trabalho e que na próxima Assembleia houvesse informação concreta, porque o interesse público era uma coisa muito importante para o Concelho. Outro lado que referiu e foi com que fez que a votação a favor fosse reforçada, tinha sido os esclarecimentos prestados pelo Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro. Demonstrou ainda a disponibilidade por parte do PSD, para que a Assembleia criasse uma comissão de acompanhamento, que acompanhasse todos os passos do Executivo, do Governo e de tudo o que fiscalizasse. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro referindo que embora o Promotor do projecto não tivesse apresentado pormenores do mesmo, eram coisas que estavam a ser negociadas e que também ainda não era certo que a Empresa viesse para Mira e que o que estava a ser discutido era o interesse municipal, pois oportunidades destas não “caíam” do céu todos os dias. -----

----Ausentou-se a Sr. deputada Professora Ana Maria Baião. -----

----Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, congratulando-se em nome do Executivo, pela posição e pela forma elevada e responsável, como os pontos fundamentais da agenda tinham sido desenvolvidos pela Assembleia, demonstrando que no fundamental o PS e o PSD estavam unidos, pois eram dois partidos com grande responsabilidade no Concelho. Referiu ainda que a informação dada, era a informação existente, lembrando que este ainda não era um projecto conquistado -----

----Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Secretário Eng. Calisto Coquim, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tendo a mesma sido **concedida por unanimidade.** -----

----Seguiu-se o espaço destinado à intervenção do público, tendo o Sr. Norberto Silvestre, concessionário do bar de apoio da, Praia do Poço da Cruz, apresentando um largo texto escrito, o qual foi lido em voz alta pelo Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário. No final, o Sr. Secretário da Mesa, Eng. Calisto Coquim referiu que se tratava de um lamento e um pedido de apoio à Câmara Municipal pelo que iria ficar anexo à presente acta uma cópia do documento, sendo o original encaminhada para o Sr. Presidente da Câmara para, na medida do possível, ser dado o tratamento necessário. ---

----**ENCERRAMENTO:** -----

----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Secretário da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----

